

A recorrente invoca cinco fundamentos de recurso.

1. Primeiro fundamento, baseado na incompetência da Comissão Europeia para delegar na ECHA a imposição de uma taxa administrativa e na incompetência da ECHA para adotar a decisão MB/29/2010 de seu Conselho de Administração, de 12 de Novembro de 2010 («on the classification of charges for which services are levied»).

— A recorrente alega a este respeito que, ao estabelecer no artigo 13.º, n.º 4, do Regulamento de taxas que a ECHA pode exigir uma taxa administrativa diferente da taxa de registo, que é a única permitida pelas disposições constitutivas da ECHA, a Comissão vai além do que permitem estas últimas, e que a este respeito o artigo 114.º TFUE não é suficiente para fundamentar a competência da Comissão ou da ECHA.

2. Segundo fundamento, baseado na irregularidade da delegação de poderes contida no artigo 13.º, n.º 4, do Regulamento de taxas.

— A recorrente alega a este respeito que a referida disposição deixa à discricionariedade da ECHA o estabelecimento de uma taxa administrativa, sem definir os seus objectivos, conteúdo, alcance e duração, sendo ilegal o artigo 2.º da decisão MB/29/2010, e, designadamente, a Tabela 1 do seu anexo.

3. Terceiro fundamento, baseado no carácter punitivo da Decisão MB/29/2010.

— A recorrente alega a este respeito que, embora de acordo com o artigo 74.º, n.º 1, do regulamento de base da ECHA, a Agência possa facturar os serviços que presta, em conformidade com o artigo 74.º, n.º 3, do mesmo diploma, as taxas juntamente com outras fontes de receitas da Agência serão fixadas de modo a serem suficientes para cobrir as despesas dos serviços prestados. Todavia, uma taxa administrativa de um montante fixo de 14 500 euros não pode ser justificada pelo trabalho de verificação da ECHA, sendo esse montante desproporcionadamente elevado em relação aos serviços prestados. Por outro lado, as referidas taxas administrativas revestem, na realidade, um carácter sancionatório.

4. Quarto fundamento, baseado na violação do princípio da segurança jurídica.

— A recorrente afirma a este respeito que o sistema REACH-IT não oferecia informação suficiente às empresas para que pudessem conhecer as sanções a que se expõem relativamente ao dever a que estavam adstritas de verificar a sua dimensão. Por outro lado, a Agência não teve em conta a falta de intenção da recorrente, bem como a correcção voluntária do erro cometido.

5. Quinto fundamento, baseado na violação do princípio da proporcionalidade na fixação das taxas administrativas em causa.

## Recurso interposto em 10 de Outubro de 2011 — Reino da Bélgica/Comissão Europeia

(Processo T-538/11)

(2011/C 347/75)

Língua do processo: neerlandês

### Partes

*Recorrente:* Reino da Bélgica (representantes: C. Pochet e J. Hal-leux, agentes, assistidos por L. Van den Hende, advogado)

*Recorrida:* Comissão Europeia

### Pedidos

O recorrente conclui pedindo que o Tribunal Geral se digne:

— Anular a Decisão da Comissão, de 27 de Julho de 2011, relativa ao auxílio estatal para o financiamento dos testes de detecção de encefalopatias espongiformes transmissíveis (EET) nos bovinos aplicado pela Bélgica [Auxílio estatal C 44/08 (ex NN 45/04)];

— Condenar a Comissão nas despesas.

### Fundamentos e principais argumentos

Em apoio do seu recurso, o recorrente invoca um fundamento.

1. Primeiro fundamento, que se baseia na violação do artigo 107.º, n.º 1. TFUE:

— As medidas tomadas pela Bélgica não contêm nenhuma vantagem selectiva no tocante aos criadores de gado bovino, aos matadouros e às entidades que se dedicam à transformação, tratamento, venda e comercialização de produtos de carne de bovinos, produtos esses que, por força da legislação em vigor, têm de ser sujeitos a testes de detecção da BSE.

## Ação intentada em 4 de Outubro de 2011 — Melkveebedrijf Overenk e o./Comissão Europeia

(Processo T-540/11)

(2011/C 347/76)

Língua do processo: neerlandês

### Partes

*Demandante:* Melkveebedrijf Overenk B.V. (Sint Anthonis, Países Baixos); Maatschap Veehouderij Kwakernaak (Oosterwolde, Países Baixos); Mulders Agro VOF (Heerle, Países Baixos); Melkbedrijf Engelen V.O.F. (Grashoek, Países Baixos), Melkveebedrijf de Peel B.V. (Asten, Países Baixos) e Moonen (Nederweert, Países Baixos) (representantes: P. Mazel e A. van Beelen, advogados)

*Demandada:* Comissão Europeia

## Pedidos

As demandantes concluem pedindo que o Tribunal Geral se digne:

- Declarar a acção admissível;
- A título principal: julgar procedente o pedido de indemnização nos termos do artigo 340.º do TFUE e declarar que as demandantes têm direito à compensação financeira indicada nos anexos 13 a 18, a pagar pela Comissão, pelos prejuízos que sofreram em virtude da aprovação e aplicação ilegais do Regulamento (CE) n.º 1468/2006 da Comissão, de 4 de Outubro de 2006, que altera o Regulamento (CE) n.º 595/2004, que estabelece regras de execução do Regulamento (CE) n.º 1788/2003 do Conselho, que institui uma imposição no sector do leite e dos produtos lácteos;
- A título subsidiário: julgar procedente o pedido de indemnização nos termos do artigo 340.º do TFUE e declarar que as demandantes têm direito à compensação financeira indicada nos anexos 13 a 18, a pagar pela Comissão, pelos prejuízos que sofreram em virtude da aprovação e aplicação ilegais do Regulamento (CE) n.º 1468/2006 da Comissão, de 4 de Outubro de 2006, que altera o Regulamento (CE) n.º 595/2004, que estabelece regras de execução do Regulamento (CE) n.º 1788/2003 do Conselho, que institui uma imposição no sector do leite e dos produtos lácteos;
- Condenar a Comissão Europeia nas despesas.

## Fundamentos e principais argumentos

Em apoio da sua acção, as demandantes invocam quatro fundamentos:

1. O primeiro fundamento baseia-se na responsabilidade extracontratual da Comissão decorrente da ilegalidade da sua actuação, por violação dos princípios fundamentais do direito comunitário, concretamente por violação do princípio da proporcionalidade. A alteração do sistema de correcção negativa da matéria gorda previsto nas disposições de execução do Regulamento (CE) n.º 1788/2003, levada a cabo pelo Regulamento (CE) n.º 1468/2006 <sup>(1)</sup>, era, desde o início, inadequada para realizar os objectivos destes regulamentos, ou seja, diminuir o desequilíbrio entre oferta e procura no mercado do leite e dos produtos lácteos e reduzir os excedentes estruturais dele decorrentes, pelo que a alteração em litígio coloca um ónus pesado e desproporcionado sobre as demandantes, de tal forma que as suas empresas ficam em risco. Nesta base, houve uma violação do princípio da proporcionalidade.
2. O segundo fundamento baseia-se na responsabilidade extracontratual da Comissão devido à sua actuação ilegal em virtude de violação dos princípios fundamentais do direito comunitário, concretamente do direito de propriedade privada e do direito de livre exercício das actividades profissionais, como previstos no artigo 1.º do Primeiro Protocolo Adicional à Convenção Europeia dos Direitos do Homem. Ao elaborar o Regulamento (CE) n.º 1468/2006, a Comissão partiu erradamente do princípio de que esta regulamentação tinha por base objectivos legítimos de interesse geral e procedeu também a uma incompleta ponderação dos interesses em causa, pelo que esta conduta da Comissão deve ser qualificada de ilegal. Os prejuízos actuais e futuros sofridos pelas recorrentes em virtude desta conduta da Comissão devem portanto ser indemnizados.
3. O terceiro fundamento baseia-se na responsabilidade extracontratual da Comissão em resultado de uma conduta legal, por violação do princípio da «igualdade perante os encargos públicos». Os prejuízos actuais e futuros sofridos pelas demandantes em consequência da alteração da correcção negativa da matéria gorda levada a cabo pelo Regulamento (CE) n.º 1468/2006 são actuais e efectivos e afectam as demandantes enquanto categoria especial de empresários de maneira desproporcional, em comparação com outros empresários do mesmo sector. Além disso, esses prejuízos ultrapassam os limites do risco económico decorrente da actividade económica no sector em causa, sendo que o regulamento de alteração que originou o prejuízo não é justificado por um interesse económico geral. Nesta base, a União Europeia, concretamente a Comissão, está obrigada a reparar estes danos ou a pagar uma indemnização razoável.
4. O quarto fundamento baseia-se na responsabilidade extracontratual da Comissão em virtude de conduta legal, por violação do direito de propriedade e do direito de livre exercício da actividade profissional, como previsto no artigo 1.º do Primeiro Protocolo Adicional à Convenção Europeia dos Direitos do Homem. Como consequência da inexistência de um interesse geral para alterar a correcção da matéria gorda, foi violado o princípio da equidade na elaboração do Regulamento (CE) n.º 1468/2006 e pelo facto de a Comissão não ter previsto uma compensação adequada para prevenir ou indemnizar os efeitos prejudiciais dessa regulamentação para os direitos de propriedade dos produtores de leite em causa e os prejuízos correspondentes, existe responsabilidade da Comissão nos termos do artigo 340.º do TFUE pelos prejuízos actuais e futuros das demandantes, cuja indemnização é reclamada.

<sup>(1)</sup> Regulamento (CE) n.º 1468/2006 da Comissão, de 4 de Outubro de 2006, que altera o Regulamento (CE) n.º 595/2004, que estabelece regras de execução do Regulamento (CE) n.º 1788/2003 do Conselho, que institui uma imposição no sector do leite e dos produtos lácteos JO L 274, p. 6).